



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### ATA DA 187ª REUNIÃO ORDINÁRIA CAE/MG

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas, através de videoconferência ([meet.google.com/sms-oxmb-txb](https://meet.google.com/sms-oxmb-txb)), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) com a presença dos conselheiros: Célia de Lima Carvalho; Múcio Alberto Cordeiro e Maria Helena Gabriel (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG); Josiane Maria Pascoal e Tânia A. da Silva Oliveira (representante da N'Golo- representantes Quilombolas); Luciana Ricardo, (Representante das Nutricionistas CRN-9); Marcos Vinícius Dias Nunes (representante da FETAEMG); Thaís Ferreira de Alencar Freitas e Tatiane Guimarães Peri Maciel (representantes do Executivo/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/SEE/MG), Ercivane Aparecida Silva Brito (Colegiado EE Prof. Leon Renault - Rep. Pais); Marco Antônio David de Melo (Colegiado EE Caetano Azeredo), Maurício Moreira dos Santos (COPIQUA Rep. Sociedade Civil); Equipe Executiva: Janete Gonçalves; Júnia Kátia da Silva e Rosimaria R. Pinheiro. Como convidados: Fábio Proença; Beatriz Rodrigues Neres Veloso (Secretaria de Estado da Educação; pela **Controladoria Setorial/SEE/MG**: Alex Pinheiro de Freitas (Controlador Setorial em exercício) e Felipe Ferreira Navarro; pela **Diretoria Central de Controle Social/CGE/MG**: Silvio César Zakhia Marani (Diretor), Rinaldo de Souza Barros e Paulo Ricardo de Paula. Ausências justificadas: Maria Nazaré dos Santos; Umbelina da Conceição Rodrigues, Manoel Rosalvo Pereira e Neuzete Fátima de Lima (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG); Flávia Cristina Fernandes de Araújo (Colegiado EE Pedro II - Rep. Pais de alunos). Pauta prevista: 1) Apresentação pela CGE dos Resultados da Avaliação da Governança das Instituições Participativas; 2) Aprovação da ata da 186ª Reunião Ordinária de 05/11/2020; 3) Prestação de Contas do 4º trimestre de 2019; 4) Relato reunião do Controle Social; 5) Assuntos Gerais. A reunião inicia com a presidente Célia de Lima cumprimenta todos e solicita que a Equipe da Controladoria Setorial se apresente e comece a apresentação dos resultados da Avaliação da Governança das instituições participativas. O senhor Silvio César Zakhia Marani se apresenta e começa falando que gostaria de agradecer por esse espaço que foi concedido a eles e aos outros que o acompanham pela Controladoria Setorial. Diz que a Controladoria Geral do Estado que é um órgão que compõe o Sistema de Controle Interno de Administração Pública e possui como uma das grandes tarefas a promoção da integridade, que não está dissociada de outras atividades que são igualmente importantes, outras missões que também são relevantes, com o aprimoramento da participação social dos mecanismos de Transparência Pública e diz que então que o que será tratado nesta reunião está intimamente ligado a essa missão e diz que organizaram essa apresentação em três momentos: momento Inicial mais rápido de contextualização dessa avaliação é onde ela surgiu como a Controladoria Geral se insere nesse processo, em seguida apresentaremos os resultados obtidos pelo CAE e na parte final destacar quais seriam portanto as saídas aos desafios identificados. E esse momento também é o momento em que

ele diz que gostaria de ouvir um pouquinho de cada conselheiro e quais as impressões sobre os resultados e também sugestões sobre formas de aperfeiçoar a avaliação. Passa então à apresentação. Diz que quando surgiu essa preocupação em relação às possíveis de políticas públicas especialmente no âmbito do Poder Executivo Estadual, quais foram as primeiras tentativas de dar conta desse universo de lançar luz sobre ele. E aí tem duas iniciativas: no início dos anos 2000, uma realizada pela SEPLAG e a outra pela Fundação João Pinheiro, e ambas tentando exatamente pensar quais são os obstáculos enfrentados pelos conselhos de políticas públicas para tornar efetivas as suas ações. São iniciativas do início dos anos 2000 quando a Controladoria-Geral do Estado não existia da forma como ela existe hoje, a formatação que ela tem hoje surge lá em 2011 exatamente em função dessas sucessivas alterações legislativas que fica reservada à CGE esse cuidado especial com o fortalecimento dessas Arenas de Participação Social, e que também faz parte da missão da CGE. E além disso o fato de a CGE possuir como uma espécie de Embaixada em cada órgão ou entidade da administração pública Estadual, o que são as Controladorias Setoriais e Seccionais, permitindo assegurar uma continuidade e perenidade desse tipo de acompanhamento da governança dessas instituições esse também foi o motivo que levou a CGE a se interessar por esse processo, também é importante marcar um deslocamento no Paradigma de atuação do Controle Interno, e que antes estava bastante focado na punição, na sanção, para então se concentrar em uma atividade de prevenção, de gestão de riscos, de atuação mais próxima ao gestores, no caso aos conselhos também de forma que possamos juntos aperfeiçoar esses mecanismos importantes mecanismos de participação social, assegurando também aos conselheiros, e isso é muito importante a efetividade das suas ações que eles façam e possam adquirir uma certa concretude. Diz que a CGE lança esse olhar para o passado nessas iniciativas que aconteceram na SEPLAG e também na Fundação João Pinheiro, e também se beneficia de estudos realizados no âmbito do governo federal, e aí a gente pode pensar no projeto Tribunal de Contas da União, com seu referencial básico de governança ou mesmo a casa civil da presidência da república de alguns anos atrás com seu guia de governança pública e então a partir de isso nessa conjugação de iniciativas anteriores mencionados, e desse material, a CGE elaborou seu próprio olhar para esse universo de práticas que compõem e que diz respeito a governança de um conselho, ou seja práticas que nós nos interrogamos se elas fazem com que o conselho cumpra efetivamente seu papel de mediação entre sociedade e Estado. São práticas de gestão, de participação social, pela transparência, prestação de contas, integridade, etc. E assim, tomada de uma forma mais abstrata, que não entra especificamente em temas de cada conselho, são formas de aprender a política pública mais abstratamente, e esse universo sempre olha em duas pontas, a ponta da conformidade, ou seja, de essas práticas, elas estão adequadas as normas, por exemplo com as melhores práticas, e também um olhar importante para os próprios conselheiros, e nos oferece a percepção deles a esse conjunto de práticas, se pudessem então traduzir esse universo nos termos que nós utilizamos na metodologia de avaliação ,o que que nós teríamos? Nós teríamos então as variáveis dos indicadores e os índices, no núcleo de avaliação teremos dois formulários: um formulário prospectivo e um formulário de entrevistas, o formulário prospectivo preenchido pela Controladoria Setorial com apoio evidentemente das Secretarias Executivas dos conselhos e o formulário de entrevistas preenchidas pelos próprios conselheiros. Cada um desses formulários é composto de diversos itens e variáveis. E essas variáveis são arranjos em alguns temas, buscando a base de alguns indicadores, como estrutural funcional , analítico, financeiro, que enfim, cada um desses indicadores buscando exatamente verificar aquele conjunto de práticas relativamente a

composição, gestão ou funcionamento desse conselho, ou mesmo a legislação, as atribuições e recursos financeiros do Conselho, transparência, integridade, enfim, e por sua vez, esses indicadores estão na base de dois índices, o de governança formal e o índice de governança prática, que somados os levam portanto ao índice de governança de instituições participativas e esse sim, o retrato mais global de como está a governança e os conselhos. E os valores aferidos nos indicadores nos levam uma escala que varia de 0 a 1 é passando por uma governança que seria inexistente, avançando para uma fraca e moderada, até alcançar o patamar adequado. Cada variável ou indicador que recebe uma pontuação de 0 a 1 em que um expressa o melhor resultado, 0 o pior, e com uma pequena observação de que no caso dos formulários e entrevistas, esse valor máximo está vinculado ao número de entrevistas validadas, que no caso do CAE foram 4 entrevistas validadas. Fala que chama atenção para isso, porque adotaram um critério paritário para validação e a nossas entrevistas de modo que sempre obtivessem um número semelhante de entrevistas providas de membros do Governo e membros da sociedade, no caso do CAE, receberam um total de 9 entrevistas das quais 7 foram oferecidas por membros da Sociedade civil e duas por membros do governo, então excluíram cinco formulários da sociedade e analisamos dois do governo e dois da sociedades e essa exclusão e sempre feita obedecendo esses critérios de exclusão do segmento sobressalente no caso, sociedade, o critério da antiguidade, ou seja, o conselheiro mais antigo, prioridade para o membro titular e também o último caso, por sorteio. A seguir ele mostra uma tela onde se pode ver de modo bastante resumido como foi o andamento deste ciclo, nos últimos dois anos, iniciando com a elaboração da metodologia a capacitação das equipes de controladores setoriais e seccionais em fevereiro deste ano, seguida de um cadastramento deles no Sistema Portal de Conselhos por meio do qual obtiveram os links para os formulários, e todos foram feitos eletronicamente, hospedados na Google e, então como ele sinalizou, o formulário prospectivo preenchido pela Controladoria e o formulário de entrevistas, o link foi encaminhado do controlador para a secretaria executiva, que o distribuiu entre os conselheiros, depois do preenchimento deste formulário, recebemos e analisamos os dados, classificamos a governança produzimos relatórios individualizados. Diz que em breve será publicada no Portal de Conselhos também no site para ver o resultado consolidado que é aquele exatamente que aglutina de forma mais geral, os resultados obtidos com a mostra de participante desse círculo, e nesta tarde conversaremos um pouco sobre esses resultados, portanto já é a fase final desse círculo. Ele apresenta uma "radiografia" do que foi esse 1º ciclo e ele sempre ressalta a importância de se atentar para esse período da avaliação, porque considerada a dinamicidade do Conselho, a vida do Conselho muito movimentada, membros saem, membros entram. O próprio site por exemplo do CAE que é recente, então isso tudo interfere na avaliação, e a avaliação é um retrato desse período de abril a julho deste ano, no primeiro semestre. Participaram 13 instituições, o que recobre 1/4 desse Universo de conceito de políticas públicas existentes no estado, participaram seis órgãos: CGE, SEAPA, SEDE, SEE, SEMAD E SEINFRA, a SEE participou com diversos conselhos e ouve um número maior de entrevista do governo em relação aos da sociedade, considerando todo esse conjunto. E o que é um pouco diferente do que mencionou dentro do CAE e que houve um número maior de respostas por membros da sociedade. E o tempo médio de representação deste Conselheiro que participou do ciclo avaliativo é de ligeiramente superior a três anos, diz que então mostrará os resultados, mas antes esclarece como ler esses resultados, a equipe irá compartilhar o link para que vocês possam ver o relatório individualizados e cada um relatório é composto de Quatro páginas. A primeira página mostrando os resultados obtidos em cada um

dos indicadores, a segunda página reflete o posicionamento daquela instituição participativa relativamente ao conjunto da amostra, ou seja, daquelas três instituições avaliadas nesse ciclo. As folhas três e quatro apresentam mais detalhadamente a pontuação obtida por cada um dos itens avaliados. Aliados claro aqueles que são passíveis de um valor e acompanha uma análise mais detalhada dos formulários prospectivo e de entrevistas, sempre procurando destacar os pontos que foram positivos e também aqueles que requerem um pouco de atenção, o que se recomenda é que essa página 3 seja confrontada com o gabarito que está à disposição da secretária executiva e também dos controladores por meio do sistema dos conselhos, na aba de comunicado tem o link desse gabarito de modo que possa ver exatamente ponto a ponto que a gente vai fazer aqui apenas sumarização desses pontos, mas ponto-a-ponto qual foi o desempenho. Passando então a esse resultado obtido pelo conselho de alimentação escolar, situa no patamar moderado de governança vejo que há bons indicadores, o conselho se sai bem, o caso do Indicador de Eixo 2, normativo financeiro ou no caso da percepção dos conselheiros a estrutura e funcionamento do Conselho, enfim, mas a seguir irá cuidar exatamente daqueles pontos que aparecem em amarelinho para que se possa ter ideia de quais são os pontos exatos em que precisamos avançar um pouco com o Conselho. Passa para slide com os indicadores do desempenho do CAE. Diz que como podem perceber no aspecto formal, que é esse primeiro quadrante superior à esquerda, que o conselho está bem a frente, foi a média alcançada pelas outras instituições participativas, mesmo por exemplo no quesito transparência e integridade que compõem ainda está acima do que foi a média também há um alinhamento de percepção do Conselheiro do CAE à percepção de outros Conselheiros de outras instituições avaliadas e que se pode conferir aí no quadrante apresentado, os pontos positivos, é o primeiro. Passa para os Pontos Positivos e o primeiro a ser destacado é a robustez normativa-financeira do Conselho, da legislação, da correspondência entre o Regimento Interno por exemplo, o Conselho e suas normas de criação, e também a gestão dos recursos financeiros. Diz que é um ponto bastante positivo a ser destacado também, o fato de que no caso do Conselho de alimentação escolar houve um aumento dos recursos orçamentários relativamente ao último exercício, também é importante destacar a perenidade do conselho, com suas atividades constantes ao longo do último quinquênio. O fato de a secretariado executivamente ser ocupada por um servidor público efetivo, isso é muito importante, pois diminui a suscetibilidade a influência política e também o fato de que há um predomínio da sociedade em relação ao governo que diz respeito a composição do próprio conselho e a eleição para presidência. Diz que para eles da CGE que têm uma atenção especial na Participação Social é um ponto bastante interessante, E reitera conforme a Composição, é conforme as normas, e o fato de que também a sucessão e a substituição de seus membros ocorrem dentro do tempo esperado previsto pela lei, o fato de que o conselho e suas normas são bastante focadas naquela política pública específica, no caso a alimentação escolar, a presença de critérios éticos e transparentes que definem a escolha e a designação dos membros, esse recrutamento acontece de uma forma impessoal, também é possível destacar como ponto positivo o fato da exigência de alguma espécie conhecimentos para que o representante do governo participe deste conselho isso qualifica um pouco mais a discussão, e também uma coisa que pode parecer óbvio mas é sempre bom destacar que não acontece em todos os Conselhos, que é essa previsão normativa para Participação Popular nas reuniões. Logo a seguir, fala sobre quais foram os pontos positivos na Perspectiva do Conselho que responderam ao formulário, primeiro foi uma boa avaliação, com compreensão da importância das atividades desempenhadas pela Secretaria

Executiva, do quanto elas são importantes para que o Conselho funcione bem e também a uma boa avaliação com relação a circulação de informações entre os conselheiros independentemente do segmento que eles fazem parte. Essa circulação de informação é muito importante para que haja uma simetria no momento de decisões. Também há bons índices e boas avaliações em relação a existência e monitoramento contínuo dos programas associados a alimentação escolar e também a percepção de que as normas contribuem para que haja um rodízio, ou seja, uma alternância de representação no Conselho. Então os pontos que requerem um pouco mais da nossa atenção primeiro é o fato de que embora a equipe da Secretaria Executiva seja formada por servidores efetivos não conta com dedicação exclusiva e considerada a complexidade da vida de um conselho, a dinâmica de mantê-lo vivo, acha que é importante conferir um pouco de exclusividade a essas funções, embora eles também compreendem que o conselho possui autonomia para administrar esse tipo de prática, e diz que respeitam isso também. Diz que há uma ausência de documentação, do perfil acadêmico e profissional dos conselheiros, ausência de representação que assegure todos os espaços do Estado no Plenário do Conselho de Alimentação Escolar. Também chama atenção a ocorrência de reuniões Ordinárias acima do estabelecido é no último biênio isso pode tanto ser reflexo de um momento, esse que exige um pouco mais de utilidade do próprio conselho ou mesmo um fato de que a norma está subestimando o funcionamento e a própria realidade do conselho, sugere que talvez seja preciso um ajuste normativo. Outro ponto que chama atenção é relativo a Transparência, o fato de que não há pelo menos no momento da avaliação não havia a publicação do Regimento Interno na internet, assim como das Atas de reuniões e também para os valores orçamentários alocados para o conselho. Relata quais serão os pontos de atenção da percepção segundo os entrevistados : uma indicação de que há uma certa dificuldade no relacionamento do colegiado e a administração, seus tomadores de decisão, e especifica mais para dizer que o recebimento e o tratamento e implementação de propostas apresentadas pelo conselho e a própria proximidade entre ambas as partes, exatamente contribua para esse impressão de que há uma dissociação entre aquilo que é deliberado no conselho e aquilo que é dado a uma decisão final, também uma baixa avaliação da Transparência praticado pelo CAE e dos canais existentes para recepção e manifestações do público externo. Diz que esses foram os pontos que chamaram atenção na Perspectiva dos Conselheiros do CAE, e os próximos passos que deveriam ser adotados, quais as diretrizes que deverão ser adotadas para superar esses desafios que foram encontrados. Acredita que a superação passa pela aproximação dessa relação da Controladoria-Geral da Controladoria Setorial e do próprio Conselho de Política Pública, é uma tarefa que faremos juntos, a própria Controladoria Geral do Estado dispõe do instrumento próprio para isso , que é o Plano de Atividades de Controle Interno, para o ano que vem já temos planejado dentro desse plano de ações para que possamos juntos fazer esse trabalho , cuidar desses pontos que foram levantados, e o outro recurso uma outra saída muito importante que pode ser utilizada para avançar na governança praticada pelo Conselho é adesão ao Sistema e Portal dos Conselhos, que foi lançado no final do ano passado e pretende ser não apenas uma ferramenta de Transparência ativa que permitam ao cidadão compreender o funcionamento do conselho, mas também uma ferramenta de gestão da informação pelas secretarias executivas por exemplo, e nós temos trabalhado em algumas inovações que possam favorecer e estimular alguns valores muito caro à nossa atividade como a participação democrática entre outros; o Portal veio de um reconhecimento obtido na última semana por meio de uma menção honrosa no prêmio INOVA diz que estão muito entusiasmados, estão de portas abertas

para acolher o CAE lá no Portal, fala que o Portal não exclui o site que acabamos de construir, que tem muita informação, e pode ser uma boa porta de entrada para o site do CAE, a medida que concentra no mesmo lugar todas essas informações mais básicas da vida do Conselho. Diz que era isso que queriam apresentar, e agradece a equipe da Marcela, o Felipe que atua mais diretamente com essa avaliação dos Conselhos da Secretaria de Estado de Educação, e também a cada Conselheiro que se dedicou um pouco do seu tempo para preencher as respostas e diz que gostaria também de escutar um pouco de cada um, na medida do possível, as percepções sobre os resultados. Deixa o e-mail de contato ([controlesocial@cgemg.gov.br](mailto:controlesocial@cgemg.gov.br)) para que o CAE fique à vontade para entrar em contato. Fala que as portas estão abertas. A Presidente Célia agradece a apresentação e diz que alguns pontos como a criação do site do CAE na questão da transparência já estamos conseguindo solucionar, agora outros pontos não tão positivos, acha que cabe ao Conselho de forma geral, e precisa de diálogos para resolver as outras demandas. A conselheira Ercivane toma a palavra e diz que achou muito importante esse Relatório, principalmente para ela que é nova conselheira, desses pontos positivos que nós tivemos, especialmente nessa questão da Participação Popular, porque quando a gente fala de política pública, de onde sai os melhores resultados, é de onde que tem o povo, onde que estão as melhores propostas, e o Conselho está sempre atuando nas escolas. Diz que nota isso quando há visitas nas escolas, os conselheiros falam detalhes pormenores, diz que vê a realidade da gestão de diferentes do Estado. E quando vê questão que é muito importante, que devemos ter atenção mesmo no Conselho é em relação aos territórios, onde tem um conselheiro, porque a realidade é muito diferente. Eu vejo os relatos que as meninas vão nas escolas e contam parece que é um livro, diz que esse relatório da CGE é importante e diz que outra coisa importante que é um ponto positivo, é a questão das servidoras Janete e Júnia sempre dão aos conselheiros um bom, até mesmo quando precisam para assinar atas, ou querem saber de alguns assuntos, elas sempre dão suporte. Diz que gostou muito de ver o resultado do relatório e os pontos positivos e principalmente aqueles que temos que dar atenção. Parabeniza a todos pela apresentação. O conselheiro Múcio parabeniza a CGE, e acha muito importante quando se tem um órgão que tem essa finalidade de avaliar a função do Conselho, a atuação enquanto conselho e aceita muito bem as críticas, sabe que há muito o que avançar. Diz que sabe que há algumas dificuldades em relação ao governo em alguns momentos, relação com a própria comunidade no sentido da compreensão da real função do Conselho, é uma grande dificuldade hoje compreender essa questão da alimentação escolar como um programa dos mais eficientes do mundo, mas às vezes nem todo o espaço nem todo o ambiente escolar tem essa visão que a gente precisa, além de resolver alguns problemas apresentados, precisamos convencer a comunidade da nossa importância enquanto um órgão de Controle mesmo, e que o Conselho tenha mais respeito por parte do próprio governo e também do conjunto, fala que não é tão simples o que se faz, demanda tempo, demanda sacrifício de muitos. O convidado Fábio diz que ficou em dúvida quando o Silvio falou que os entrevistados foram dois da secretaria e dois da sociedade civil. Silvio responde que sim, a fim de equilibrar a análise desses formulários, excluíram 5(cinco) sobressalentes da sociedade civil, já que foram apresentados apenas dois do governo, se tivesse tido 5 do governo, teríamos um total de 10 validados. Fábio diz se isso não irá enviar o resultado, porque o governo tem representação no conselho de 15% das cadeiras, agora nesse questionário tem 50% do governo, colocando assim não traria mais resultados desequilibrados, pergunta, por não estar com essa mesma proporção. O convidado da CGE, Silvio responde que é uma pergunta muito interessante. Diz que pensaram exatamente

nesse universo completo dos Conselhos, a metodologia não foi formulada pensando exclusivamente no conselho que tenha uma porção maior da sua composição destinada ou ocupada por representantes da sociedade civil. Então há esse esforço de abstração e que acaba nos levando a este tipo de inconsistência, mas há a possibilidade de que em um novo ciclo, por exemplo, nós trabalheemos com pesos mesmo, de modo a acolher todo o universo destas entrevistas apresentadas, mas o esforço inicial foi mesmo de tentar dar conta de todos os conceitos que possuem realidades completamente diversas mesmo, analisar e assegurar pelo menos esse equilíbrio, diz que na maior parte dos conselhos há uma representação maior por parte do governo, a preocupação inclusive foi de assegurar que o representante da sociedade civil tivesse voz, sua resposta fosse analisada. O convidado Fábio diz que no CAE, o governo tem uma participação de somente 15% por cento, por isso achou estranho essa equiparação com a sociedade civil. O convidado Silvio diz que faz todo sentido e entende perfeitamente a colocação do convidado Fábio. O conselheiro Múcio diz que esse é o momento de entender que se precisa, a partir da orientação e da avaliação avançar e galgar nossos passos também na sociedade, de que nós sabemos da importância do Conselho, a sociedade é que não. O convidado Silvio responde ao conselheiro Múcio quando ele fala sobre a Comunidade saber da importância da eficiência da alimentação escolar é interessante que vai exatamente ao encontro da percepção que foi destacada no formulário que os Conselheiros preencheram. A presidente Célia agradece a participação do Silvio, Paulo, pela apresentação, e diz que procuraremos aperfeiçoar os pontos não tão positivos, não diz negativos, mas acredita que temos muito para caminhar, aprender e aperfeiçoar nessa nossa história dentro do Conselho de Alimentação Escolar. Silvio finaliza agradecendo ao convidado Alex da setorial e agradece o trabalho dele também e cooperação de todos. A presidente Célia informa que será dado início as pautas da reunião do CAE. Passa para aprovação da Ata 186ª. Pergunta a Secretária Executiva Janete Gonçalves se há algum destaque e é informada que somente a Conselheira Flávia se manifestou solicitando uma correção na ata que já foi realizada. A Presidente então fala que gostaria de ressaltar a importância da leitura das atas para corrigir a fala de cada um, se for o caso, e para quando for necessário discutir a aprovação ou não, que todos os conselheiros que participaram da reunião e queiram corrigir algum ponto que o faça o mais rápido possível e aqueles conselheiros que não puderam participar da reunião também façam a leitura das atas para que fiquem a par do que está sendo discutido, o que está acontecendo no conselho, então é importantíssimo a leitura das atas. E quando for solicitado a assinatura das atas, assinem prontamente e aqueles que ainda tiverem dificuldade de entrar no SEI e só solicita a Júnia, a Janete, que elas nos orientam. E reforça que há conselheiros que não tem participado das reuniões, e que também não justificam a falta. Diz que é imprescindível que façam as justificativas da ausência. Ressalta que na ausência do Titular, que o Suplente participe, lembra que nas reuniões presenciais do CAE, participava a grande maioria, tanto os titulares, como os suplentes. Solicita também, aos conselheiros que quando houver mudança de número de telefone ou de e-mail, que comuniquem ao Conselho, à Equipe Executiva, pois nesse período, apesar de não estarmos nos reunindo presencialmente, ele tem sido muito atribulado, muito dinâmico e que muitas coisas aconteceram nesse período, como por exemplo, o CAE continua participando quinzenalmente das reuniões do Controle Social, participam também, entidades como a Emater, a Fetaemg, Consea, e diversos outros. E o resultado dessas reuniões do grupo de Controle Social. Cabe destacar as documentações que surgiram a partir desse grupo, referente à distribuição dos Kits de Alimentação Escolar, documentos relativos à questão da cantina saudável, e outro Ofício, que será encaminhado à

SEE/MG sobre a questão das nutricionistas, elas serão contratadas, pelas últimas informações recebidas, serão contratadas ainda esse mês, e o contrato terminará em 31/12/2020. Relata que há um projeto tramitando na Assembleia, tentando mudar essa situação. Diz que acha importante a presença das nutricionistas, pois até no início do ano, as que acompanhavam os conselheiros nas visitas e davam suporte às regionais, ficarão por 2(dois) anos impedidas de participar de qualquer processo seletivo feito pelo Estado. Destacou também a participação do CAE no PPAG, no Encontro de Formação de Conselheiros promovido pelo CECANE, houve dois Encontros de Formação, nos dias 05/11 e 06/11, 03/12 e 04/12 e depois nos dias 09/12 e 11/12/2020. Foi encaminhado e-mail para todos os conselheiros e a maioria não participou. Diz que esses Encontros são fundamentais, pois agora, coma nova Resolução 06 de 08 de maio de 2020, pois essa Resolução, trará algumas mudanças para o Conselho, através desses encontros, os quais Janete e Júnia também participaram, pudemos perceber que vários documentos do CAE terão que ser atualizados, e alguns outros teremos que fazer as justificativas. Um exemplo disso, é o Cronograma de Visitas que o CAE tinha, e que nesse ano, não houve nenhuma visita presencial às escolas estaduais nesse ano, devido à pandemia, porém teremos que incluir em nossa Proposta de Trabalho, além das reuniões presenciais, as virtuais, porque modificou totalmente a nossa forma de atuação. E diz que gostaria de ressaltar que o CAE siga as alterações de medidas de segurança adotadas pelo Governo do Estado, num possível retorno às atividades presenciais. A Secretária Executiva Janete esclarece que nesse período, tivemos muitas alterações, e teremos que melhorar, muito, sim, a forma de como estava fazendo anteriormente a questão do plano de trabalho, além das questões das visitas, há algumas atividades que teremos que melhorar. O conselheiro Múcio diz que está tendo problemas com a Internet. E em relação às assinaturas de Atas, ele está sem acesso, devido a mudança de e-mail. Diz que quando receber a nova senha, poderá assinar. E que também não sabe sobre a questão de assinaturas, se só o Titular tem direito, ou suplente também pode assinar. Pois ele está na condição de Suplente. A Secretária Janete diz que todos têm direito à assinatura para reunião como Conselheiro, independente de titular ou suplente. A questão dos conselheiros Mucio e Maria Helena é que eles fizeram alteração de e-mail e a senha anterior não estava valendo, o CAE fez nova solicitação para o setor responsável. Porém, ainda não obtivemos retorno do setor, estamos reiterando com eles, o tempo todo, por e-mail, para que deem [\[S1\]](#) o retorno. O conselheiro Múcio diz que tinha um cadastro do Estado e não sabe se é o mesmo para ver se quando está na sala de aula que possa ter acesso a essa situação, e como já não entra no SEI há muito tempo, então acha que já estava desligado, fala que com relação à questão da 2150, que regulamenta o processo de contratação através do processo seletivo do Estado, relata que tiveram alguns avanços hoje, através da deputada Beatriz, em que foi negociado algumas mudanças no projeto, entre elas a da não necessidade de interrupção de contrato no período tal, e a pessoa fica suspenso por um período posterior, então não geraria mais se aprovar a legislação como está lá, não gerará mais aquela situação de um processo no mesmo processo seletivo a pessoa ter período de suspensão, e um seguinte, em que a pessoa está com um período de balão, ela não poderá ficar, está sendo retirado da legislação essa necessidade do balão, será muito positivo porque não quebraria contratos de pessoas que já tenham conhecimento da realidade, e que às vezes muda em função disso. Diz que fica preocupado com o contrato agora, se contratar agora por 15 dias, e como já está finalizando o processo seletivo perderia a validade? E se esse contrato não fosse feito agora, deixasse para fazer em janeiro, pergunta se alguém poderia tirar essa dúvida, porque seria melhor dialogar com a SEE/MG para não contratar em Dezembro, e sim, contratar em

janeiro, o que permitiria o profissional ficar até 31 dezembro de 2021, e não suspender o contrato logo em seguida, Um contrato tão curto inclusive, prejudica até o profissional que será contratado nessa condição. Ressalta que outra coisa que o preocupa é que o Conselho está com carência de participação mesmo das reuniões do Conselho, tem muita gente que não está participando, acha que ele tem que começar a dialogar com essas pessoas, já foi enviado e-mail correspondente, mas cobrar mais uma vez aí que as atividades continuam e que o Conselho está prejudicado pela baixa presença. Hoje, por exemplo, há poucos participantes. Claro que esses dias que estamos vivendo, momento tão complexo, uma importância tão grande do Conselho estamos com essa dificuldade de participação. Mas acredita que mesmo em meio a essas dificuldades, possa haver uma participação mais efetiva. O momento é de dialogar, e para o início do ano que vem, reestabelecer uma presença maior nas reuniões e com relação a assinatura da Ata, está esperando só a senha, assim que tiver a senha, providenciará a assinatura de todas elas. Agradece como última fala deseja feliz final de ano para todo mundo aí, um 2021 menos tenso para todos, diferente de 2020, talvez dentre todos os anos que ele já teve, mas que a gente conseguiu sobreviver a ele, graças a Deus. A presidente Célia pergunta a conselheira Tatiane se ela vê alguma ação nessa questão que o conselheiro Múcio falou, pois considera muito importante essa questão da contratação das nutricionistas ocorrer nesse período de 15(quinze) dias, a conselheira responde que na verdade, aconteceu da contratação ocorrer nesse último mês do ano, porém a questão é que o processo seletivo já estava sendo providenciado, desde fevereiro desse ano de 2020, que foi quando tiveram a negativa de contratar as nutricionistas através de terceirização, então desde fevereiro estava se buscando fazer o processo seletivo. E só agora em novembro que ele foi finalizado para possível contratação agora, se a SEE/MG não contratasse, ela primeiro perderia todas as etapas desse processo seletivo, que já tinha sido feito, e teria que aguardar de qualquer forma sair a nova legislação, para dentro dela identificar o que poderia ser feito, e aí começar um Novo Processo, então provavelmente os primeiros seis meses de 2021 ficaria sem nutricionistas. Pensando num novo processo, teria que esperar para começar em cima da nova lei. A questão é, que pela lei antiga, só podemos contratar até 31 de dezembro. A expectativa é de que na nova lei, entre algum ponto que abarca todos esses contratos que estão sendo feitos agora, até um certo período, pelo menos. A presidente diz que a questão é meio complexa, e espera que seja solucionado da melhor forma possível. A conselheira Tatiane diz que o processo seletivo é demorado, vai e volta diversas vezes do Jurídico, existem as alterações a serem feitas, tem as entrevistas, são várias etapas para se perder assim. A Presidente pede que a servidora Júnia leia a Ata da 186ª Reunião Ordinária, ocorrida em 06 de novembro de 2020. A Presidente Célia pergunta se algum conselheiro tem alguma observação ou consideração a fazer, a conselheira Tatiane se manifesta, dizendo que ela não estava no grupo do WhatsApp, até o dia de hoje, quando a servidora Júnia a incluiu. E que na última reunião ela entrou, mas a internet caiu e ela não conseguiu voltar. E diz que sabe que na reunião, precisaram de muitos pontos da parte da Secretaria, em relação aos Kits, diz que o senhor Roberto está acompanhando de perto com as superintendências as entregas, já foram feitos dois questionários sobre as entregas, as escolas têm respondido aos questionários completo, consolidados com as entregas dos Kits. E diz que já tem escolas que entregarão Kits em dezembro também. O conselheiro Marco Antônio David de Melo diz que em relação a essa questão das participações dos conselheiros, inclusive sobre os cursos e tudo mais, do qual ele também não participou. Pede desculpas, com essa questão de pandemia, o processo ficou meio complicado. E fala sobre o Regimento Interno, que fala, caso o Titular não

participe, que seja convocado seu suplente automaticamente, dependendo do número de vezes e diz que reconhece por causa da pandemia, e diz que havia falado que não participaria das reuniões, mas fala que agora quer novamente participar sim. E fala que esses Cursos de Capacitação de Conselheiros, mais um convite deveria ser obrigatório. Acha essencial, para que realmente possamos acompanhar todos os processos da alimentação e ele no caso é representante de pais de alunos e não tem necessidade nas questões de alimentação, mas para uma criança isso é violento no que pesa a alimentação na formação desse menino, e não só pela própria alimentação gerando um cérebro melhor mas também no conjunto da obra dele se sentir cidadão, é fundamental, sabe que no momento talvez até um pouco incipiente, esse processo todo do Conselho e agora que temos o site, diz que teve dificuldade para entrar, mas está começando a se inteirar mais dessas questões, mas realmente tem que se avançar mais no processo de cobrança da participação. A Presidente Célia concorda com o conselheiro Marco Antônio, no processo de cobrar mais participação dos conselheiros nas reuniões. E diz que no início do próximo ano, pretende fazer curso de formação e atualização para os conselheiros do CAE. Pergunta se tem algum conselheiro contrário à aprovação da Ata, ninguém se apresenta. Então fica aprovada a Ata da 186ª Reunião Ordinária. A conselheira Maria Helena pede a fala, e justifica ter chegada nesse momento, pois estava em consulta médica oftalmológica, e ainda participou da Reunião dos aposentados da CNTE, na qual ela também não conseguiu participara no total, portanto a conselheira Maria Helena se justificou. A conselheira Neuzete encaminha mensagem por WhatsApp justificando ausência porque está sem internet. A Presidente Célia passa para o próximo ponto de pauta, que é Prestação de Contas do 4º Trimestre. A convidada Beatriz Neres, da Prestação de Contas começa sua apresentação. Diz que a conselheira Thaís já disponibilizou essa última diligência do 4º Trimestre. Também foi disponibilizado para os conselheiros, a Prestação de Contas do 1º, 2º e 3º Trimestre de 2020. Janete pergunta onde está o arquivo, e a conselheira Thaís diz que disponibilizou hoje, no drive, como PNAE 2019. Também o PNAE 2020 foi encaminhado semana passada, e o 3º trimestre também. A convidada Beatriz começa sua apresentação. **Requerimento 1:** Disponibilização (em Excel) do montante adquirido por caixa escolar de produtos da agricultura familiar e as justificativas também por caixas escolares das que não atingiram o percentual mínimo de 30%. Sendo identificado pelo CNPJ das caixas escolares. **Resposta:** Apresentamos planilha com justificativas por escola. Esclarecemos que no mês de outubro as caixas escolares possuem um fluxo de atividades bem intenso devido as prestações de contas e levantamento de dados para informar no sistema do FNDE que interfere diretamente no recebimento de recursos federais para o ano subsequente e novos. Por esse motivo o atraso nas informações. **Questão 1:** O valor repassado pelo FNDE à SEE/MG é com base no CENSO, assim como o valor repassado pela SEE/MG às caixas escolares como informado na resposta aos questionamentos do 4º trimestre de 2019. Porém mesmo assim, o FNDE repassou R\$ 14,655 milhões que a SEE/MG não repassou para os caixas escolas, qual o motivo desse não repasse? Ou o FNDE repassou para a SEE/MG recurso a mais? Se sim, vai ser realizada a devolução? **Resposta:** Os valores repassados pela SEE/MG às caixas escolares são com base no Censo. Contudo, nosso relatório interno de alunos enturmados ele é mais atualizado do que o do FNDE, o que permite que o repasse seja realizado com base no número mais próximo do real. No decorrer do ano os valores sofrem alterações visto que escolas são municipalizadas/paralisadas. Além disso, no caso do ensino integral, por exemplo, o FNDE tem repassado o recurso para todos os alunos, mas a SEE/MG está fazendo por adesão e por isso a diferença no número de alunos é significativa. Vale

lembrar que os saldos residuais são apresentados via sistema na prestação de contas para que o FNDE recolha ou nos solicite a devolução. Sendo assim seguimos o Censo para evitarmos problemas futuros mesmo que o valor depositado seja maior que o esperado. **Questão 2:** No relatório “Quantidade de estudantes matriculados e enturmados por etapa e turno - 4º Trimestre de 2019” apresentado pela SEE/MG, consta 31 escolas não receberam recurso do PNAE no 4º trimestre de 2019. Qual o motivo dessas escolas não terem recebido o recurso nesse período? Abaixo estão os CNPJ das escolas (acompanha este relatório, um arquivo de Excel com os CNPJ). 70959705000116; 73968091000127; 73738114000107; 64479447000178; 81896000180; 86982196000182; 65249591000180; 64138000154; 76480000174; 86941291000138; 74026055000107; 327326000128; 97446496000163; 68991000144; 3412730000198; 5377375000199; 5763665000170; 5029833000107; 4958744000174; 6187228000119; 8843949000165; 22437815000175; 22476955000152; 24583220000153; 27596100000189; 27925214000125; 27379280000147; 27713331000125; 29819925000140; 30128689000103; e 30108610000174. **Resposta:** Todas as 31 escolas receberam na totalidade as parcelas de alimentação conforme termo de compromisso. Anexo confirmação da Regional de Ensino das parcelas pagas via sistema, algumas apresentaram alguns atrasos nas duas últimas parcelas. (Anexo questão 2) O correto seria que 31 escolas receberam recursos do PNAE e não constam no relatório do SIMADE. **Questão 3:** No relatório “Quantidade de estudantes matriculados e enturmados por etapa e turno - 4º Trimestre de 2019” apresentado pela SEE/MG, não consta 29 escolas que receberam recurso do PNAE no 4º trimestre de 2019. Qual o motivo dessas escolas não serem listadas no relatório citado? Abaixo estão os CNPJ das escolas (acompanha este relatório, um arquivo de Excel com os CNPJ). 2720009000100; 7361260000131; 8022478000124; 8173498000104; 8208193000182; 8517102000190; 8649090000158; 8707114000188; 9006572000152; 9213181000109; 9326200000103; 9519520000180; 11293920000161; 11348568000114; 11360215000130; 11389432000152; 12208282000104; 13209954000150; 13589055000120; 14594500000103; 15351151000161; 19917030000195; 20114930000183; 34483914000172; 35001152000193; 35295232000107; 38504205000187; 65140220000166; e 86942406000109. **Resposta:** As referidas escolas constavam como escolas de atendimento socioeducativo ou de presídio. Os repasses de alimentação para essas escolas são feitos pela SEDESE, que faz a aquisição de toda a alimentação a ser entregue na instituição penal. As três últimas escolas foram criadas em 2019, sendo assim a aquisição foi feita pela Regional de Ensino, pois não possuíam o CNPJ. O correto seria que 29 escolas não receberam recursos do PNAE e constam no relatório do SIMADE. **Questão 4:** Qual o motivo das seguintes escolas terem declarado ao Censo Escolar 2019 que não oferece alimentação escolar do PNAE para os alunos. Município Nome da Escola Araçuaí EE TEREZINHA GONCALVES DOS SANTOS Araguari EE PADRE EDUARDO JORDI Governador Valadares EE SAO FRANCISCO DE ASSIS Governador Valadares EE SAO JUDAS TADEU Montes Claros ESCOLA TECNICA DE SAUDE DO CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECN Muriaé EE MARIA AUXILIADORA FARIA Pará de Minas EE PROFESSOR AGMAR GOMES DO COUTO PDPC Patrocínio EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO Ribeirão das Neves EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO Sete Lagoas EE CAPITAO JOAO LUCIO DO CARMO Uberaba C INTERESCOLAR E DE LINGUAS Uberaba EE PROFESSOR MINERVINO CESARINO Vespasiano EE HERBERT JOSE DE SOUZA. **Resposta:** As escolas de atendimento socioeducativo ou presídio a recebem alimentação pela SEDESE. Em anexo a justificativa das escolas. (Anexo questão 4) **Questão 5:** A Caixa Escolas Nova Aparecida – Nova União – BH

Metropolitana A, recebeu recurso apenas no mês de dezembro no ano de 2019. Na justificativa do não repasse, a SEE/MG alegou que nos meses de março a junho foi pelo motivo de atraso devido à grande quantidade de procedimentos para pagamento, nos meses de julho a setembro alegaram que a Caixa Escola estava bloqueada, e para os meses de outubro e novembro novamente por conta de atrasos devido à grande quantidade de procedimentos para pagamento. O motivo do atraso devido à grande quantidade de procedimentos para pagamento demorou 9 meses? Durante esse período não houve prejuízo na oferta de alimentos porque a escola possuía estoque de produtos, a escola possuía um estoque de alimentos para 9 meses? **Resposta:** A caixa escolar Nova Aparecida apresentou bloqueios devido ao não atendimento de diligências ficando assim impossibilitada de receber recursos. Conforme consulta atualizada no sistema da Secretaria a caixa escolar ficou bloqueada nos períodos 09/04/2019 a 15/05/2019 e 17/05/2019 a 03/12/2019. Não há relato pela regional de prejuízos no fornecimento de alimentação, pois possuíam alimentos em estoque e receberam doações.

**Questão 6:** A Caixa Escolas Afonso Pena – Belo Horizonte – Bh Metropolitana A, recebeu recurso apenas no mês de dezembro no ano de 2019. Porém na justificativa do não repasse, a SEE/MG alegou que nos meses de março a junho foi pelo motivo de atraso devido a grande quantidade de procedimentos para pagamento, nos meses de julho a setembro não houve justificativa, e para os meses de outubro e novembro novamente por conta de atrasos devido a grande quantidade de procedimentos para pagamento demorou 9 meses? Durante esse período não houve prejuízo na oferta de alimentos porque a escola possuía estoque de produtos, a escola possuía um estoque de alimentos para 9 meses? **Resposta:** A Caixa Escolar Afonso Pena não assinou o termo de compromisso durante o decorrer do ano 2019, apenas em 12/2019 que foi assinado. Houve inúmeras tratativas da regional de ensino com a escola para que o termo fosse assinado, mesmo assim sem sucesso. A caixa escolar também apresentou bloqueios por não atendimento de diligências no decorrer do ano nos períodos 08/04/2019 a 23/05/2019, 23/05/2019 a 28/05/2019 e 18/10/2019 a 23/10/2019. Não há relato pela regional de prejuízos na alimentação escolar devido utilização de contratos anteriores.

**Questão 7:** A Caixa Escolas E.E. Barão de Macaúbas – Belo Horizonte – BH Metropolitana A, recebeu recurso apenas no mês de novembro no ano de 2019. Entres os meses de março a julho foi alegado atraso devido à grande quantidade de procedimentos para pagamento, já nos meses de julho e setembro a justificativa foi que o termo de compromisso foi assinado apenas em outubro, porém em outubro houve novamente atraso. O motivo do atraso devido à grande quantidade de procedimentos para pagamento demorou 8 meses? Durante esse período não houve prejuízo na oferta de alimentos porque a escola possuía estoque de produtos, a escola possuía um estoque de alimentos para 8 meses? **Resposta:** O atual gestor da escola assumiu em 01/08/2019, precisando recompor todos os membros da diretoria da Caixa Escolar, Conselho Fiscal e Comissão de Licitação. Devido a inexperiência o processo atrasou ficando o gestor sem poder assinar o Termo de Compromisso e efetuar movimentações bancárias. A caixa escolar apresentou bloqueios nos períodos 08/04/2019 a 02/05/2019, 02/05/2019 a 03/06/2019 e 17/10/2019 a 31/10/2019. Não há relato da regional de prejuízos na alimentação escolar, pois possuíam contratos da gestão anterior.

**Questão 8:** A Caixa Escolas E.E. Paulo Pinheiro Chagas – Novo Oriente de Minas – Teófilo Otoni, recebeu recurso apenas no mês de outubro no ano de 2019. O motivo do não repasse no período de fevereiro a setembro foi por a escola possuir a Caixa Escolar bloqueada, não foi informado o motivo do bloqueio. No mês de novembro a Caixa Escolar voltou a ser

bloqueada. Qual o motivo da Caixa Escolar ser bloqueada novamente em novembro? **Resposta:** A Caixa Escolar EE Paulo Pinheiro Chagas ficou bloqueada nos meses apresentados devido ao não atendimento de diligências por não apresentação de documentos fiscais que consolidam as informações para prestação de contas. A secretaria juntamente com o inspetor escolar está acompanhando a caixa escolar devido a grandes problemas enfrentados no ano de 2019 com a gestão escolar. Não há relato da regional de prejuízos na alimentação escolar, pois recebeu doações da comunidade. Terminada a apresentação Beatriz abre espaço para os questionamentos. A Presidente Célia passa a palavra para Fábio do DIEESE. Fábio pergunta, para esclarecer, sobre o 1º questionamento, o FNDE, por exemplo, passa recursos para ensino médio integral para 1000, se estado oferecer bem, tem recurso para as escolas, mas se não o FNDE estaria repassando recursos a mais. Beatriz diz que é a questão dos enturmados, ele oferece para 1000, mas na realidade o Estado só tem 200, então só repassa para os 200. A Conselheira Tatiane fala que o Programa Novo Ensino Médio permite fazer o processo por adesão, sendo que prazo para adesão acho que encerra em 2021, é um processo gradativo até que a escola inteira seja incluída. Até o ano passado era 70 escolas nesse Programa. Algumas escolas já temos adesão de 100% e outras temos adesão de 30%. Isso no ano passado. Este ano por causa da pandemia não sabe como está. Então o FNDE passa para 100% dos alunos da escola e a SEE repassa para turma que aderiram ao Programa. Este ano acho que foi ampliado para 120 escolas. Fábio fala que então o saldo seria na maioria por causa do ensino médio integral e Tatiane diz que sim. Fábio fala do saldo 14 milhões, 3 milhões é do ensino médio, 9,5 milhões é do ensino fundamental. Tatiane diz que o que acontece é que o FNDE utiliza o censo do meio do ano, o censo que as escolas cadastram por volta de maio, pois as escolas tem que cadastrar duas vezes no ano. O FNDE quando libera o recurso utiliza o censo de maio e o Estado utiliza do final do ano que é mais atual. Por essa situação o Estado está tendo realmente uma diminuição do número de alunos, principalmente no ensino fundamental, onde tivemos um número de escolas que foram municipalizadas essas municipalizações ocorrem principalmente no ensino fundamental, então essa seria uma das justificativas do saldo. Fábio questiona se quando a escola é municipalizada se o recurso não vai para o município. Beatriz informa que nem sempre vai diretamente para o município. As vezes a SEE realiza convênios com o município, mas para dar dados mais concretos precisa verificar no setor de convênios. Fala que fez questionamento ao FNDE e aguarda resposta. Fábio diz que sempre o valor repassado está maior que número de alunos atendido, mas que em 2019 foi bem maior. Tatiane fala que agora que o Fábio citou os anos anteriores, acha que pode ser por causa do tempo integral, pois o ano passado a SEE reduziu drasticamente o número alunos atendido no ensino fundamental integral. Então acredita que saldo do fundamental pode ser por causa dessa situação. Sobre as outras questões Fábio fala que como voltou hoje de férias não olhou. Quanto a questões específicas das escolas, percebeu que as informações repassadas agora são um pouco diferentes das informações repassadas nos relatórios. Por que dessas divergências? Beatriz diz que haverá divergência na Metropolitana A, pois houve troca de gestão, então provavelmente foi a Gestão anterior que respondeu essas questões. Que informou que houve um atraso nos procedimentos de pagamento, mas na verdade não tem esse atraso nos pagamentos e os responsáveis nas regionais ficam por conta dos pagamentos. Então acessei o sistema para verificar o que ocorreu e constatei que não houve um atraso no pagamento, mas quando ocorreu a liberação do recurso a caixa escolar estava bloqueada por inadimplência. O problema era da gestão escolar. Beatriz pergunta se Janete gostaria de falar alguma coisa. Janete fala que há muita

dificuldade, por exemplo, quando ela era Conselheira do CAE, se buscava informações diretamente na Regional e tinha que verificar o que a Regional está passando porque às vezes ela não encaminhava a informação na totalidade. Tinha que fazer um filtro com a Regional, para que quando a resposta viesse, estivesse em sua totalidade. Fala que a Regional as vezes atende muito rápido e não faz a análise, daí, tínhamos que retornando para regional até obter as informações concretas, exatas. Beatriz fala que é esse o caso, que teve que fazer o print das telas para ver as justificativas do porquê que os períodos coincidiam com as liberações dos termos de alimentação e não foi de fato porque foi um atraso na atividade da Regional na liberação de pagamento, foi porque realmente o gestor escolar estava bloqueado. O convidado Fábio diz que a preocupação é que ele encaminha o Relatório com todas as escolas que não receberam em um período, só que daí, quando analisou alguns casos específicos que chamam muito a atenção é que tem escolas que ficaram nove meses, ou oito meses sem receber alguma parcela. Ele questionou se nesse caso aconteceu isso será que das outras vezes também não aconteceu também? E passou despercebido e não foi perguntado. Beatriz responde que a Regional tenta lidar com isso, cercar essas dificuldades. Diz que inclusive, a última questão, que é uma escola de Teófilo Otoni, eles estão acompanharam de perto. E isso foi repassado também para a conselheira Tatiane para que ela esteja acompanhando porque houve um problema na gestão escolar, e inclusive ela está sendo até acompanhada pela inspeção escolar, da Regional de Teófilo Otoni, mas acontece de haver bloqueio por inadimplência de outras prestações de contas mais quando eles finalizam, já libera todo o sistema, daí pagam-se todas as parcelas atrasadas. Beatriz diz que na capacitação de Brasília, do FNDE, com a Secretaria, Minas Gerais foi elogiada, devido ao tanto de escolas estaduais que tem em Minas Gerais, e o pouco de pendências que tem dentro do sistema em vista de estados menores e tem um nível de pendência muito grande, precisamos melhorar, mas estamos caminhando para isso. O convidado Fábio diz que para ter um levantamento mais preciso do que está acontecendo, porque um relatório do FNDE em 16 ou 17 mais ou menos, um estudo técnico, mais amplo com todos os estados, e no estado de Minas se verificou que algumas escolas estavam recebendo doações, diz que também teve uma reportagem em algum jornal de Minas Gerais, relatando que a comunidade precisou doar alimentos para as escolas, e isso repercutiu bastante, até que chegou no CAE, para se ter uma posição dele, e a posição do CAE era de que não tinha nenhuma escola precisando de receber doações. Diz que os questionamentos que se vê é que a escola ficou sem recurso em um mês, daí vem a pergunta: nesse mês em que ela ficou sem recurso, houve prejuízo na oferta de alimentos? E se não houve, como ela conseguiu mesmo sem ter recebido o recurso do FNDE. E as escolas que receberam doações, não se obteve respostas de nenhuma delas. Por exemplo, a Escola Nova Aparecida de Nova União, da Metropolitana A, a resposta foi que possuía estoque de produtos, por isso que não houve prejuízo na oferta de alimentos, e depois, na resposta, já se fala que a escola recebeu doação, diz que a preocupação é, será que todo esse banco de dados que foi montado, será que ele está correto? Beatriz disse como havia falado haverá divergência na Metropolitana A, pois houve troca de gestão, então provavelmente foi a Gestão anterior que respondeu essas questões E essa é a gestão atual, com a qual estamos tratando, com um novo diretor da DAFI, um novo coordenador de prestação de contas então pode ser que aconteça alguma divergência. A conselheira Beatriz diz que inclusive, esse ano ela fez reunião com todos as regionais para tratar essas pendências ligadas ao FNDE. Fala que de agosto até outubro, fez reuniões com todas as regionais. E tem o levantamento das Caixas Escolares que estão bloqueadas. E com esse novo sistema que é o GRP,

tentará fazer um levantamento, um relatório bimestral dessas escolas que ficaram bloqueadas. Pede que a Secretária Janete fale, essa por sua vez, pergunta a conselheira Tatiane sobre os relatórios que se fazia, um arquivo que era atualizado diariamente, para a DISE, do acompanhamento do que estava sendo pago, quem estava recebendo, com o percentual de parcelas pagas. E também mostrava quem não estava recebendo. A conselheira Tatiane responde que nesse ano ela não recebeu nenhum documento relativo a esse arquivo. A Secretária Janete fala que nesse relatório havia todas as escolas do PNAE que estavam recebendo. Com esse Arquivo, teria mais facilidade de acompanhar o percentual de quantos parcelas haviam sido pagas, quais escolas que receberam ou não. Reporta ao convidado Fábio, a questão dos recursos de 2016, ano em que o Estado não repassou os recursos da fonte estadual, as escolas estavam recebendo os recursos federais e estaduais, daí o Estado não repassou no ano de 2016, as escolas fizeram uma preparação de compras, fizeram o processo de contratação, contando com esses recursos e acabou complicando muito para receber. O conselheiro Múcio fala sobre essa confusão estar acontecendo com o Ensino Médio, se esse repasse é para todos os anos do ensino médio, ou somente para alunos do 1º ano do Ensino Médio. Diz que o que acontece no novo Ensino Médio de Tempo Integral é que iniciou apenas com os primeiros anos do ensino médio, porque seria um processo de a cada ano crescer mais um ano, então, no ano de 2020 o primeiro ano, 2021 primeiro e segundo ano, até concretizar o terceiro ano, poderia ser esse problema desse recurso Extra de Ensino Médio. Já com relação ao Ensino Fundamental, tem aí um problema a ser consultado, que pode ter gerado e é bom até tentar descobrir qual foi a redução de fato de alunos do Tempo Integral de 2018 para 2019. Seria bom não ficar com uma dúvida do que aconteceu isso nos exime de fazer qualquer avaliação que não condiz com a realidade, é importante tirar essas dúvidas que está no Relatório da Prestação de Contas, fala também que fica muito preocupado quando a escola coloca no relatório que não teve prejuízo, porque houve doação da comunidade, de qualquer forma houve prejuízo porque se você vai pedir a comunidade uma doação você deixou de aplicar um recurso decentemente que tem disponibilidade e que poderia garantir uma qualidade, uma sequência, uma certeza da existência de fatores e passa a contar com a doação. Qualquer que seja a doação ela não vai suprir a necessidade ou ela não vai contar com aquele produto adequado para alimentação, porque doação é aleatória, não se pode exigir uma doação de um produto específico, você vai pedir uma doação e poderá vir qualquer produto, tem que se questionar esse tipo de coisa quando se fala que não houve prejuízo, não se pode minimizar o prejuízo em função dessa ação de doação. Em relação ao Relatório, temos que começar a questionar o gestor também, porque às vezes eles cometem um prejuízo grande e não pagam por esse prejuízo. Temos que cobrar esse tipo de erro, porque ele não pode contar que às vezes uma gestão comprometa o funcionamento da escola e não se cobre dessa gestão. E acarreta prejuízo à própria comunidade e infelizmente ainda lidamos com muitos problemas. A conselheira Tatiane diz que ela levantou essa questão do Ensino Fundamental, se compromete a verificar essa situação do qual foi essa redução do Ensino Fundamental Integral e repassará para Janete ou para Beatriz para a próxima plenária. Ela diz que trará essa resposta, porque como será de 2018 para 19 então terá que pegar os documentos de 2018 para avaliar, e se compromete a olhar pessoalmente no fundamental. A Presidente Célia diz que concorda com essas questões levantadas, pois quando se diz que não houve prejuízo de oferta de alimentação para os alunos, as escolas ficarem, 8 ou 9 meses sem repasse, a partir do momento que se passa a contar com doações para suprir a questão da alimentação escolar, então houve prejuízo para os alunos, sim. E mais, a partir

desse levantamento feito pela Secretaria da questão das escolas estaduais em relação ao cumprimento dos 30% da Agricultura Familiar, trabalhar isso junto com outros órgãos, para dar auxílio à essas escolas na compra desses alimentos, desse percentual da Agricultura Familiar. E pergunta sobre as duas parcelas que foram liberadas para alimentação escolar que não estavam previstas, essas duas parcelas entrarão na Prestação de Contas do 4º Trimestre de 2020? A conselheira Tatiane fala que houve a informação de que haveria o pagamento de mais duas parcelas, porém ainda não foram pagas, não se sabe se eles irão disponibilizar esse mês ainda (dezembro), ou se será liberado a parcela de dezembro de 2020, em Janeiro de 2021. E dependendo do dia em que cair na conta a Secretaria não conseguirá pagar esse ano. Beatriz diz que o SIGPC pede relatórios anuais, então, se cair nesse ano a parcela de dezembro, daí a prestação de contas vai até essa parcela, senão, fica para a Prestação de Contas do ano que vem. A conselheira Tatiane diz que tem que ver a questão de como será feito, se como Aditivo para o Termo desse ano, ou se no Termo do ano de 2021, que irá gerar para essas duas parcelas. O conselheiro Marcos (Fetaemg) disse que observando a planilha, viu que muitas escolas relataram que não adquiriram alimentos, ou por falta de oferta ou por falta das informações de alguns agricultores, sabe-se que há uma certa dificuldade, principalmente quando os produtos são processados, e no relatório aparece que em uma cidade, que inclusive, ele é dessa cidade, Jordânia, que não teve oferta de produtos da região, ele diz que isso não existe. Que até existe uma associação de mulheres que divide esses produtos, e afirma que nesse caso de Jordânia, é que a escola não quis comprar. É preciso sensibilizar as escolas para que elas se aproximem dos agricultores para fazer a compra, e faz uma observação de que as escolas querem fazer um cardápio com alimentos que não têm naquela região, tem que de fato cobrar mais, dialogar com as frentes para fazer essa cobrança. A Presidente Célia diz que precisamos analisar mais essa situação, pois nesse ano as escolas conseguiram cumprir o determinado de 30% para compra da Agricultura Familiar, mas quando a nova lei entrar em vigor, o que não for gasto, terá de ser devolvido. O que não pode é ter prejuízo para a alimentação e prejuízo para os agricultores. O conselheiro Múcio diz que quem às vezes procura facilidades, acaba criando dificuldades, pois a economia dinâmica de cada região, viabiliza a região, inclusive potencializa, e quando a escola abre mão de adquirir agricultura local, então quando a escola abre mão de adquirir agricultura local, ela está comprometendo inclusive a própria existência. Fala que tem que dialogar mais com as SRE's para fazer essa cobrança, e não aceitar qualquer tipo de justificativa mais. Diz que não se pode aceitar qualquer tipo de justificativa, porque é injusto demais com um agricultor que sobrevive da Agricultura na maior dificuldade, porque não é justo com um direito conquistado a duras penas, você tira esse direito de vender um produto que é de melhor qualidade do que um produto industrializado que vem de fora, simplesmente buscando facilidade. A Presidente Célia passa a palavra para a Secretária Janete que pergunta se irá colocar em votação a Prestação de Contas, e a Presidente responde que para ela tudo está muito confuso. O conselheiro Marco Antônio pede a palavra e diz que o CAE tem que tomar providências quanto a essas justificativas, pois são inaceitáveis, pois falar que não houve prejuízo na alimentação escolar, pois houve doações, é inaceitável. Tem que se fazer uma investigação da gestão e o que esses alunos estão sofrendo com isso tudo. A Secretária Janete fala que o SIGECON já está aberto para a Prestação de Contas de 2019, estamos dentro do prazo, temos até dia 31/12/2020 a questão da prorrogação, depois tem 60 dias para a SEE/MG e só depois começa a correr o prazo do CAE, para o PARECER. Fala também que participou de um treinamento, em que as regionais também participaram, e foi muito pontuado essa questão da

má gestão, que quando se verificar que a escola está bloqueada, há mecanismos para adotar junto ao gestor, para que se evite prejuízo para a escola, para que ele não deixe de receber os recursos da alimentação, pois no caso de bloqueio a escola deixa de receber recursos de forma geral, e os recursos da alimentação, pode-se transferir para a Regional comprar, mas se a escola tivesse algum recurso para capacitação, deixaria de receber por causa da má gestão, disse também que o diretor da DPCO, senhor Adair recebeu recomendações da própria Secretária Júlia de que não deixe nenhuma escola bloqueada, mas que se adote ações contra o mau gestor. A Presidente Célia reforça de que uma escola ficar oito ou nove meses sem receber e falar que não houve prejuízo para os alunos, dizendo que recebeu doações é muito estranho. E diz, como se aprova isso? O conselheiro Marco Antônio diz que se for aprovado assim, estaremos dizendo que o CAE leva as coisas de qualquer maneira. A Presidente Célia diz que será necessário um detalhamento melhor dessas questões. A Secretária Janete sugere que se o conselheiro Marcos Vinicius da FETAEMG pode auxiliar trazendo dados de inconsistência, ou outro dado que ele tenha sobre tudo que foi falado, que ele visualizou que não é compatível com o da região, trazer para o CAE e assim possa ser repassado e questionado para a Secretaria, para que essa faça alguma autuação, apesar de estarmos falando de 2019. Fala que a Nota Técnica da Secretaria tem previsão de que a escola poderá ser penalizada sobre isso, pois a regra é a compra da agricultura, a exceção é para os casos de Distrito que recebem um valor muito pequeno, e não há interesse nas vendas, por questão de logística, daí ocorre a Chamada Deserta. Mas a regra da Secretaria é a compra da Agricultura Familiar. O conselheiro Marcos Vinicius fala que para se verificar isso, é preciso maiores detalhes como: quais os valores recebidos, quais os produtos que essa escola não encontrou, qual foi o período do ano, pois isso influencia a disponibilidade do produto. Para dizer com precisão o motivo, teríamos dificuldade. Ele disse depois que é preciso analisar as contas de 2019 que está para ser aprovada, e analisar se essas informações que foram apresentadas são suficientes para aprovação da Prestação de Contas? Se for olhar para os anos anteriores e verificar o ano de 2019, o que precisa ser mudado, melhorado? E outra coisa, olhar para frente, pois no ano de 2021 teremos a Prestação de Contas do ano de 2020, esses mesmos procedimentos que foram colocados em 2019, serão colocados em 2020? A questão é como serão os procedimentos em relação ao ano de 2020? Por exemplo, a escola diz que não teve a oferta do produto, é somente isso e aprovamos? Aqui há mais dúvidas do que sugestões, a questão é contribuir para resolver tudo isso. A Secretária Janete fala à Presidente Célia se não seria uma questão do Conselho avaliar que tipo de Relatório e informações que precisa chegar para dar um respaldo melhor para o Conselho, o que seria necessário apresentar ao Conselho e através disso como ele trabalharia, se por amostragem a cada trimestre de algumas escolas para avaliar? E se tem uma escola que não comprou nem no 1º e nem no 2º trimestre, não seria uma escola para se ter um olhar diferenciado para se fazer um questionamento e pedir a Secretaria um acompanhamento junto à essa escola? E quem sabe adotar novos procedimentos para se evitar que cheguem informações dessa forma, e que tenha um prazo mais tempestivo para que o CAE possa estar atuando, no que a Presidente Célia concorda que é necessário adotar alguns procedimentos, e todas essas escolas que foram relacionadas no Relatório que ficaram sem verba para compra da alimentação, a justificativa que apresentarem futuramente, quando for possível, as visitas presenciais, o Conselho saber quais as dificuldades apresentadas e de que forma o Conselho pode estar auxiliando. Diz que as informações têm que ser mais consistentes. A Presidente pergunta à Secretária Janete sobre o horário, que já está avançado, e não tem como aprovar a

Prestação de Contas, a Secretária Janete responde que temos prazo até fevereiro para analisar todos esses Relatórios, e a Presidente diz que teria de ter uma reunião específica para se tratar dessa questão da Prestação de Contas, lembrando que no dia 11/12 terá uma participação do CAE com o CECANE, e ela gostaria de contar com a presença de todos os conselheiros. Fábio pergunta à Secretária Janete se ela ainda precisa dos dados de nutricionistas, ela diz que sim, pois o Ofício que está sendo feito junto como Consea ainda não foi fechado. A Secretária Janete relata que o Conselho está em diligência junto ao FNDE, pois chegou Comunicado em Novembro falando sobre a forma de nomeação de Conselheiros, no caso das conselheiras Luciana e Ana Paula e que seria por Resolução não por Ato, que vem sendo feito, inclusive foi questionado para a Secretaria, através de Ofício, o modo como estava sendo feito, que é através de Ato, tendo em vista que na Resolução fala que é através de Portaria. Porém foi feito uma Nota Técnica, através do setor Legislativo do Gabinete do Governador, e eles justificaram que desde sempre foi feito através de Ato, e permanece da mesma forma, e por esse motivo o CAE está em situação de diligência junto do FNDE. Outra questão também é referente à Prestação de Contas de 2018, que foi feita em 2019, e segundo a servidora Júnia, que já estava no Conselho à época, quando foram fazer o Parecer, o sistema do SIGECON estava tendo problemas, e na hora de enviar, não finalizou, então está constando como se o Conselho não tivesse feito a Prestação de Contas de 2018, e fala que já entrou em contato com o FNDE e aguarda retorno, porém o SIGECON não está liberado, e a Presidente Célia ainda não tem a senha. Diz também que a conselheira Célia já está como Presidente e a Luciana como Vice-Presidente, no Portal dos Conselhos, fala do ofício encaminhado para a Secretaria, solicitando o pagamento dos recursos estaduais e a redistribuição dos saldos do recurso estadual que não foram utilizados no Bolsa Merenda, porém ainda sem resposta da Secretaria; Fala sobre solicitação da indicação da vaga de Suplente da conselheira Tatiane, fala que teve uma confusão, diz que já entrou em contato com a Secretaria, porque era para Beatriz ser suplente da Thais, e a Tatiane precisava de uma suplente. Mas na hora de fazer o Ato, colocaram a Beatriz como suplente da Tatiane, e colocaram a Thaís como titular, permanecendo ainda uma vaga de suplente, e explicou para eles como funciona essa situação, da participação dos dois setores, DISE que é quem gerencia o recurso, e do financeiro, da participação da SPF, para prestar contas junto ao Conselho, ainda sem retorno de resposta, o Ato não foi publicada ainda. Foi encaminhado também e-mail sobre as vagas de segmento dos pais, temos vagas as cadeiras antes ocupadas pelo ISCAC, e da suplente da conselheira Titular Andréa Oliveira Souza Souza e da suplente da Ercivane, que são as duas que saíram. Foi encaminhado Ofício para Escola Estadual Leon Renault, e IEMG, mas ainda sem retorno. Também foi encaminhado Ofício para a FASPA, a Sra. Maria de Fátima, que é vice-presidente recebeu e disse que estaria encaminhando, porém ainda não recebemos retorno. Outra questão também é sobre os saldos do PNAE que vem acumulando durante esse período, foi solicitado junto a Secretaria, avaliar a redistribuição para todas as escolas. Também foi solicitado a planilha de Controle de Entrega de Kits, pois precisaremos disso para Prestação de Contas do Ano 2020, sem retorno ainda. Foi encaminhado para SEDESE, referente ao Bolsa Merenda, solicitando a quantidade de alunos atendidos, os recursos que foram aplicados, também sem retorno da SEDESE. Informa que o CAE recebeu da SEDESE/CONSEA, o Ofício 38, elaborado em conjunto com o CAE, referente a questão da Lei 15.072 da Cantina Saudável. Informa os e-mails encaminhados para os conselheiros, e as Atas que ainda não foram assinadas, se caso algum conselheiro estiver com dificuldade, pede para entrar em contato com a Equipe para auxiliá-los. E não tendo mais nada a declarar, a presidente encerra a reunião,

lembrando que a próxima será no dia 14 de janeiro de 2021. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ercivane Aparecida da Silva Brito, Conselheira**, em 20/04/2021, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 22/04/2021, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Conselheiro(a)**, em 21/05/2021, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 22/05/2021, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Dias Nunes, Conselheiro**, em 22/05/2021, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 22/05/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Maria Pascoal de Moura, Conselheiro(a)**, em 31/05/2021, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Gabriel, Conselheiro(a)**, em 31/05/2021, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio David de Melo, Conselheiro**, em 01/06/2021, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Guimarães Perri Maciel, Conselheiro(a)**, em 02/06/2021, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Ferreira de Alencar Freitas, Conselheiro(a)**, em 02/06/2021, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Gonçalves, Secretário(a) Executivo(a)**, em 14/06/2021, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Moreira dos Santos, Conselheiro**, em 20/07/2021, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28234894** e o código CRC **080D9460**.

---

Referência: Processo nº 1260.01.0034579/2021-71

SEI nº 28234894